

(8. Diversidades e Estudos Étnico-Raciais (africanos e brasileiros))

Percepções sobre “cor” e raça no Ceará, Paraíba e Pernambuco: notas de pesquisa sobre racialização

Francisco Érick de Oliveira¹

Resumo:

Neste trabalho apresento categorias para análise de conteúdo a partir de uma pesquisa de doutorado. Nesta investiguei trajetórias de escolarização vinculado à problemática do sucesso escolar nas classes populares tencionando raça como eixo estruturante de desigualdades. Em meio ao processo de categorização dos resultados, identifiquei que havia uma “gramática” racializadora nas narrativas dos/as dez estudantes entrevistados/as. Os processos de racialização ainda são muitas vezes negados, obscurecidos pelo tropo “cor”, seja na sociologia ou no senso comum. Me ative à analítica sociológica de raça para organizar o conteúdo em quatro categorias: marcas visuais; ascendência; leitura social provável; autoidentificação.

Palavras-chave: racialização; “cor”; raça; trajetórias de escolarização.

Abstract:

In this paper, I present categories for content analysis based on doctoral research. I investigated schooling trajectories linked to the problem of educational success in the lower classes, considering race as a structuring factor of inequalities. In the process of categorizing the results, I identified that there was a racializing “grammar” in the narratives of the ten students interviewed. Racialization processes are still often denied, obscured by the trope of “color,” whether in sociology or in common sense. I used the sociological analysis of race to organize the content into four categories: visual marks; ancestry; probable social reading; and self-identification.

Keywords: racialization; “color”; race; schooling trajectories.

1. INTRODUÇÃO

“Eu conheci os direitos humanos, que estudei no mestrado, pela sua ausência na minha vida. Faltava tudo: comida, moradia decente, educação, trabalho certo. A gente veio conhecer a variedade dos alimentos depois de adultas. Com o bolsa família, melhorou um pouco porque era uma renda fixa”.
Alessandra, entrevista 01, abril de 2022.

Os dados e discussões desenvolvidos aqui fazem parte de uma pesquisa de doutorado em sociologia (OLIVEIRA, 2023) que tinha como objetivo principal explorar

¹ Doutor em sociologia – PPGS/UFPB; professor efetivo de sociologia – 13^o Gerência Especial de Educação da Secretaria de Educação de Alagoas; e-mail: f.erickoliveira2@gmail.com.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

qualitativamente como raça, enquanto categoria analítica, pode condicionar trajetórias de escolarização. Nesta seara de estudos, é comum que o problema seja abordado tendo a classe social como eixo de concentração, sendo os demais marcadores sociais complementos que se somam para explicar a constituição de desigualdades sociais (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001; MASSI; MUZZETI; SUFICIER, 2017).

Baseado em perspectivas pós-coloniais e decoloniais (HASENBALG e SILVA, 2003; NASCIMENTO, 2016; QUIJANO, 2005), assumi uma outra orientação e metodologia, a fim de teorizar que, em sociedades de formação colonial e racista, os processos de racialização estruturam a formação das classes sociais. Em grande medida, apesar dos processos de independência e abolição de sistemas de trabalho baseados em raça, tal como a escravidão de africanos e afrodescendentes, a desigualdade racial se estende à contemporaneidade em ciclos de vida que alimentam desigualdades cumulativas (HASENBALG, 2005).

O escopo dos dados deste artigo se restringe, entretanto, à uma “gramática” que capturei através da análise de conteúdo das entrevistas que realizei com os/as dez estudantes que compuseram a amostra, a qual conceituarei como percepções de raça e “cor”. O trabalho, portanto, está organizado em uma seção de metodologia, outra seção com o debate sobre a analítica sociológica de raça, racismo e racialização, e, por fim, a apresentação dos dados empíricos categorizados em 4 eixos de análise: marcas visuais; ascendência; leitura social provável; autoidentificação. Devido ao limites de espaço, apresento apenas um quadro por grupo de estudantes (branco, pardo e preto) a fim de ilustrar as categorias trabalhadas.

2. METODOLOGIA

Os/as estudantes desta amostra foram contactados via “bola de neve” (FIRDION, 2015) entre 2021 e 2022 e todo o trabalho foi realizado à distância devido à pandemia da Covid-19. Buscava perfis das camadas das classes populares que estivessem em pós-graduação e se autodeclarassem como pretos, brancos ou pardos. Ao todo, foram aplicados 39 questionários que seguiam a literatura na definição de classes populares: configurações familiares com baixa escolarização, renda e com

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

trabalho não-qualificados e/ou em ocupações manuais (ROMANELLI; NOGUEIRA; ZAGO, 2000).

Os/as dez estudantes que aceitaram ser entrevistados/as foram identificados por nomes fictícios e residiam entre o Ceará, Pernambuco e Paraíba: Alfredo, Carlos, Lia e Lília – *brancos*; Carolina, Ellen e Firmina – *pretas*; Alessandra, Cida e Sílvio – *pardos*. Cada um/a foi entrevistado/a duas vezes dentro de um roteiro que cruzava o eixo familiar e o eixo escolar a fim de identificar práticas e experiências de escolarização.

Utilizei o método de análise de conteúdo para categorizar as transcrições dentro de três grandes “unidades de registro” (BARDIN, 2011), a saber: a) das origens familiares de cada indivíduo (em termos de raça e classe); b) percepções com o conceito nativo “cor” (cor da pele, cabelo, traços fisionômicos como nariz, lábios, olhos, etc.); e c) raça como problemática central ao se investigar as experiências de escolarização. São os dados da segunda unidade que apresento com maior profundidade aqui.

3. RAÇA, RACISMO E RACIALIZAÇÃO

Segundo Fredrickson (2004), o racismo é uma ideia moderna, mas não se desliga de fenômenos antigos como o tribalismo e a xenofobia. Ele delimita seu conceito pensando em quando diferenças etnoculturais, ou seja, diferenças construídas, portanto, sujeitas a transformações, que são tomadas como inatas e imutáveis. Isso o permite transitar tanto pela questão da pigmentação da pele e outras características físicas, que resulta na questão da supremacia branca, quanto pelo mito de descendência de uma raça superior, como o arianismo. Ou seja, definir o racismo como sendo uma forma de essencialização dá à sua perspectiva um amplo alcance.

O autor não desassocia, historicamente, a intensificação da perseguição aos judeus em partes da Europa com a expansão colonialista e a descoberta de diferenças no Novo Mundo, sobretudo na Espanha dos séculos XIV e XVI, que, devido ao conflito com os mouros, aumentou a discriminação com mulçumanos e judeus, os últimos sendo colocados entre a conversão e a morte já por uma orientação de impureza de sangue. Nas Américas havia uma tensão entre tomar os nativos como inocentes passíveis de conversão ou sub-humanos. O ponto de virada para correlacionar definitivamente a cor

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

da pele e escravidão se dá tanto pelo estranhamento das novas diferenças encontradas e a articulação com maldições bíblicas.

Apesar disso, havia uma barreira fundamental para essa representação se efetivar como racismo moderno: “a crença ortodoxa cristã na unidade da humanidade” (Idem, p. 47). Para Seyferth (2002, p. 18), a designação dos outros passava pela noção de pagão, uma antítese ao cristão, sem conotação fenotípica, mas cultural. É necessário o desenvolvimento do pensamento científico com o Iluminismo para que o racismo moderno emergisse embasado por tipologias físicas. Fredrickson atribui ao naturalista sueco Carl Linnaeus a divisão da espécie humana no gênero dos primatas, mas com variedades diferenciadas entre europeus, índios americanos, asiáticos e africanos, estando os europeus no polo das qualidades superiores.

Até aqui, o que tenho tentado demonstrar é a construção e a reconstrução, através de uma história do racismo, da *noção* de raça. Implica em dizer que a teoria das raças, como defende Bethencourt (2018, p. 9), não antecedeu o racismo: “a classificação não antecede à ação”.

No século XVIII, a noção de raça foi transplantada das ciências naturais para a experiência de diferenciação no Novo Mundo, ambiente favorável para o nascimento da história natural da humanidade como disciplina, o que seria, posteriormente, a biologia e a antropologia física. A classificação dos grupos humanos estava muito além de uma operação científica, pois tendia a criar hierarquias arbitrárias.

Neste ponto, vale retomar o argumento de Quijano (2005), pois ele considera que é nesse espaço/tempo que se funda um novo padrão de poder que, posteriormente, pela codificação de diferenças tornadas classificações definitivas pela visão do europeu, se dissemina por todo o mundo, conectado à divisão e controle do trabalho, das riquezas por ele produzidas e das posições e papéis sociais correspondentes: “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Idem, p. 118).

Como se viu, apesar dos racismos terem certo núcleo comum dentre seus conteúdos específicos, o conceito de raça é instável. Após o século XIX, depois de assumir, pelas teorias das raças, uma função de catalogação da espécie humana e subdivisão arbitrária entre superiores brancos-europeus e “Outros” inferiores, no século

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

XX, as transformações são tão plurais quanto, desde a negação de sua validade a seu uso como elemento de articulação política (BETHENCOURT, 2018; GUIMARÃES, 2012a, p. 29).

As oposições à manutenção do conceito nas ciências sociais ressaltam que ele suscitaria uma realidade de polarização que não existe na sociedade brasileira devido à mestiçagem/miscigenação que, de certa forma, atinge a maioria da população, impedindo a classificação em categorias fechadas. Utilizar a noção remontaria muito mais a uma transposição de categorias estrangeiras, sobretudo, dos Estados Unidos da América, e sua aplicação em nossa realidade. Também se tem uma preocupação, que eu julgo legítima, com o potencial de racialização que, na verdade, é o que se pretende eliminar devido aos riscos relacionados à segregação de grupos e aprofundamento de comportamentos racistas. A cor, no Brasil, diferente dos EUA, não encerraria um grupo fechado de castas e nem seria determinante na sociabilidade ou na ocupação de posições na estrutura social. Haveria muitas possibilidades de negociar esse marcador com outros atributos sociais, como a escolarização.

A questão da “mistura racial” brasileira vai desde uma perspectiva profundamente negativa sobre o futuro da nação à sua valorização nos trabalhos de Gilberto Freyre (2003) no contexto do estabelecimento de um Estado a se desenvolver e que precisava consolidar e unificar sua identidade. Em Freyre, a mestiçagem é valorizada e tomada como a especificidade brasileira, além de ser o fato que consumava nossa realidade como distante da sociedade estadunidense pela ausência de conflitos. Qualquer menção a uma hierarquia racial desaparece (GUIMARÃES, 2012a, p. 141). Essa crítica ao determinismo racial por outra concepção de cultura pela antropologia não questionava, contudo, a noção de raça: “(...) o relativismo cultural teria apenas mudado o eixo das divisões da humanidade para uma segmentação horizontal (e não vertical, como no racismo)” (SEYFERTH, 2002, p. 39).

Quanto à questão da racialização eminente à manutenção da categoria, Guimarães (2009; 2012a) a encara como uma necessidade não só heurística, mas propriamente antirracista. Apenas o ato de nomeação seria capaz de desvendar o que o senso comum tende a esconder. Negar a existência de raças biológicas ou colocar o conceito entre aspas não resolve a reprodução do racismo. Nomeá-lo seria uma primeira

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

condição de enfrentamento.

Silvério (1999) tem uma investigação de literatura muito interessante sobre a questão da racialização. Ele trata do conceito desde o seu sentido colonial, passando pela aplicação biológica da ideia de raça, as implicações sofridas no pós-Segunda Guerra Mundial e os novos contornos da racialização. Ou seja, assim como o conceito de raça, o processo implicado em sua utilização não é estável. E um dos principais usos na atualidade se dá devido a assunção por parte das militâncias negras e de algumas agências de governo da noção de raça como forma de articulação política e identitária. A questão se refere à possibilidade de compreender as fronteiras criadas entre o Eu e os Outros, sejam de conteúdo cultural, fenotípico ou de origem, e assim demonstrar a criação de hierarquias e desigualdades.

A comparação com a conjuntura estabelecida nos EUA se desenvolve devido à ausência de um sistema explícito e estanque de classificação ou de fronteiras rígidas nas relações interracialis brasileiras. Temos um sistema de orientação que se baseia por marcas e não por origem, ou seja, pelas diferenças físicas, sobretudo, de cor da pele e outros fenótipos, e não associação a uma ascendência de sangue (NOGUEIRA, 2006b).

Há vantagens nessa abordagem. Ela assume, como outros autores da geração de pesquisas promovidas pelo Projeto Unesco, a partir de 1950, tais como Costa Pinto, Florestan Fernandes e Roger Bastide e Thales de Azevedo, que havia confluência entre barreiras de classe e de cor na mobilidade social e integração da população negra (GUIMARÃES, 2009, p. 90; 2012a, p. 94), criticando a redução do preconceito racial ao de classe. Também afirma a diferença entre regiões do país em termos de áreas tradicionais e áreas mais modernas e trata do problema ideológico brasileiro quanto à miscigenação e assimilação como formas de eliminação do negro e do “índio” pelo branqueamento e a contradição disso diante da convenção e condenação de preconceito, sendo que essa ideologia seria expressões dele (NOGUEIRA, 2006, p. 297-298).

Além disso, Nogueira não deixa de tentar diferenciar a mobilidade de “mulatos” ou “mestiços” da mobilidade das pessoas mais pretas, sustentando a observação de que haveria maior possibilidade de ascensão dos menos negroides (Idem, p. 296). Essa questão permanece em discussão no debate contemporâneo, seja

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

nas pesquisas acadêmicas ou nas posições militantes – que não são, afinal, totalmente separáveis.

No tópico seguinte, assumo a orientação dos trabalho de Guimarães a fim de consolidar uma analítica de raça em sociologia ao passo que busco identificar empiricamente os fundamentos de seu argumento de que “cor” é apenas um tropo de noções raciais ainda muito bem definidas, apesar da “mistura racial” ou de esforços para negar a pertinência do conceito na contemporaneidade.

4. COMO CATEGORIZAR PERCEPÇÕES DE “COR” E RAÇA EM SOCIOLOGIA?

Eu tenho utilizado o caminho feito por Guimarães (2009; 2012a) como base nas minhas reflexões sobre a correspondência entre raça e “cor”. A forma como o autor conduz a resposta sobre o que seria raça em sociologia carrega um exercício de desnaturalização importante. Guimarães questiona se “cor” nos é um dado natural ou se ela depende de um sistema de orientação construído socialmente. Obviamente, além das diferenças de pigmentação e outros fenótipos, “cor” só nos é significativa porque em torno dela sentidos e significados foram elaborados, do contrário, não passaria de uma constatação visual (GUIMARÃES, 2012b). Essa realidade social não desnaturaliza o tropo que substitui a noção, a “cor”, ou mesmo a tentativa de encerrar a discussão com o conceito de etnia.

Sobre o uso analítico de raça/cor, talvez as oposições contemporâneas que ainda persistem estejam entre Guimarães, que defende o uso do conceito, e Peter Fry e Yvonne Maggie (et. al. 2007), que propõem cautela. Guimarães explora essa oposição colocando-a no plano de diferenças ontológicas entre a antropologia e a sociologia. Na visão de Maggie e Fry, não caberia ao analista sobrepor as construções de significado dos atores sociais com suas categorias, mas entender, antropologicamente, como se constrói e se vive esses mundos e, sociologicamente, comparar as sociedades. Para Guimarães (2012a, p. 54-55), pelo contrário, caberia, sim, à sociologia construir categorias gerais de uso heurístico e promover compreensões históricas sem necessariamente fazer desaparecer especificidades.

As principais marcas visuais (Categoria A) empregadas pelos/as

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

interlocutores/as foram a cor da pele; cabelo; nariz; “boca”; formato do rosto; e olhos. Todos esses elementos são colocados em correspondência com suas possíveis variações de cor, tamanho, textura, espessura e forma, seja para traços considerados brancos e traços considerados não-brancos. Tais traços formam um conjunto tão importante de informações nas narrativas analisadas que, mesmo eu não tendo solicitado descrições físicas em nenhum momento, as/os interlocutoras/es encadeiam, com frequência, um elemento atrás do outro.

A Categoria B refere-se à consideração da ascendência de cada um/a. Ou seja, retoma a uma “história familiar” para se perceber fenótipos e/ou identidades. Fiz esta diferenciação entre fenótipos e/ou identidades para abraçar tanto as percepções que retomam à ascendência familiar apenas no plano da cor e outros traços físicos, mas também para comportar as percepções que defendem a formação de uma identidade racial refletida com intenção direta. Note-se que os brancos tendem a não se referir à identidade, mas à aparência.

A Categoria C tem a ver com a leitura social possível, ou como alguém pode ser socialmente visto em termos raciais. Também adotei duas compreensões para comportar representações correntes sobre ser negro e ser branco (uma leitura social possível), mas também sinalizar opiniões diretas ao se definir alguém racialmente (poder ser visto socialmente como negro ou branco). Uma pessoa que se considera negra e que tenha a pele clara ou muito clara pode encontrar resistência em ser vista como negra e se ver como tal se na relação em questão apenas a cor for considerada. A outra possibilidade diz respeito a representações que são atribuídas a brancos e não-brancos, tais como critica Carolina ao falar das vezes em que não pôde, na escola, se fantasiar de certas formas porque não seria adequado com seu cabelo ou sua cor; da mesma forma, Alfredo critica a leitura social de sua bisavó que ao conhecer uma bisneta nascida não-branca a associava com um futuro provável de prostituição.

A Categoria D se refere à autoidentificação. Essa categoria acomodou tanto a autodeclaração embasada apenas na evidência física da cor; ou a ascendência familiar mais ou menos homogênea; quanto à autodeclaração amadurecida pelo envolvimento com a problemática do racismo, teórica e politicamente.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Quadro 01 – Categorias de classificação de cor/raça segundo os/as interlocutores/as brancos²

ALFREDO			
Marcas visuais (A)	Ascendência (B)	Leitura social provável (C)	Autoidentificação (D)
são pessoas brancas , loiras , essas coisas	Descendente de europeus	isso pra mim, tipo assim, afeta muito no dia a dia, porque eu percebo que existe vários... vários... vários privilégios que a sociedade impõe no dia a dia, e que você sente muito	me considero branco porque, assim, minha mãe, ela vem de uma família que é descendente de europeus
tudo amarelo ... porque amarelo não é cor. Era negro, preto	a família do meu pai eles também são, uma parte, é branca	Aí, quando eu nasci, como eu nasci branco, aí a minha bisavó gostava de mim	Mas pra mim não tem nada de representatividade , não. É realmente porque se eu colocasse pardo eu ia tá mentindo
É o famoso pardo	Minha vó , minha bisavó era branca	Assim... privilégios eu tive até certo ponto. Até, tipo... quando tinha apresentações na escola, sempre era eu ou o anjo, mas... certo ponto privilégios, assim, sempre foi muito... muito de ser prioridade em algumas coisas	eu senti que eu entrei com um bolo não porque... mas porque eu era o único branco que tava ali
Ele tem o cabelo crespo. Ele tem a pele amarela , é... aquele tom pardo	A família do meu pai , por parte da minha vó , são brancos. E a família do meu pai por parte do pai dele são pessoas mais pardas, assim	Aqui em (cidade onde mora) é mais questão de pegar ônibus, quando tem um branco... lugar, acolhimento, o pessoal trata melhor que os outros	Mas outras coisas, acho que num... eu acho que o bem financeiro ele impacta mais . Como é interior, a cor não tem tanta relevância, mas tem o poder aquisitivo
meu irmão tem o cabelo crespo . Cacheado, né?	fazer um estudo da árvore genealógica pra ver de onde veio . Mas a minha avó tem traços de fora do Brasil . (...) europeus, asiáticos	Uma vez, na minha Crisma , eu entrei com (risos) um bolo porque era aniversário da Paróquia lá e entrei com um bolo	É uma reflexão que eu tenho desde que eu era pequeno , sabe? Eu cresci... eu sentia muito porque ser branco tem privilégios
Cabelo liso, rosto redondo, branco, com pouco pelo ,		Tratar bem... até os termos que usavam comigo . Galego ³ , sempre é num tom de	

² Os quadros foram editados para atender aos limites de espaço do trabalho. Para vê-los integralmente, consultar Oliveira (2023).

³ “Galego” é uma palavra bastante “racializadora”. Na região norte do Ceará, que é a região que mais conheço, galego tanto pode ser uma pessoa loira ou de

é... Sim, olho como era. Sabe?! E demoravam ficar com traços de velho		carinho . Quando tinha um menino preto do meu lado era mais: “e aí, nêgo!” Sabe? Palavras pejorativas	
as pessoas pra quem eu trabalho são pessoas brancas, com padrão europeu , com olho claro		Eu sempre fui visto no sítio como filhinho de papai [sua vizinhança é majoritariamente não-branca]	
		meu irmão tem o cabelo crespo. Cacheado né. Só que ele cortava bem baixinho desde já. Ele queria deixar crescer agora, aí ele... Minha mãe disse: “vai cortar, não sei o que, isso é coisa de bandido ”. (...) porque é muito feio um cabelo assim	
		minha bisavó (...) falava na cara dos netos que era pardo . Tu... tu não vale nada , não. As netas ela dizia que ia ser puta quando crescesse porque não era branca	

Fonte: elaboração do autor com base nas entrevistas semiestruturadas.

cabelos mais claros, contanto que seja branca, quanto pode se referir a vendedores que oferecem suas mercadorias de porta em porta. Lembro que ouvi bastante quando criança tratarem o político Tasso Jereissati como “Galeguim do zói azul”. Nas cidades da Paraíba que pude conhecer (região metropolitana de João Pessoa e cidades vizinhas à Mamanguape, Guarabira, Sapé e Curral de Cima, no sentido do litoral norte para o interior), galego é um termo relacionado às pessoas de cor branca. No Ceará eu não sou galego, pois meu cabelo é castanho-escuro. Na Paraíba sim e, como aponta Alfredo, é um termo muito recorrente que serve como vocativo e o vi sendo utilizado de forma positiva. Em Maceió/AL, tenho observado que galego também funciona nesse sentido, mas na maioria das vezes, se assemelha ao sentido utilizado no Ceará.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Apesar das entrevistas de Alfredo, Carlos, Lia e Lília diferirem em extensão e profundidade quanto às relações raciais, é bastante sintomático como as mesmas problemáticas se repetem. Alfredo descreve muitas experiências em que se sentiu priorizado, valorizado, escolhido, bem tratado, respeitado, benquisto, tratado com carinho e bem visto. Lília apenas aponta que brancos não sofreram desvantagens como os não-brancos, notando que ela mesma se encontra inserida em uma maioria nos lugares de privilégio, poder e oportunidades. Lia, por sua vez, não relaciona à sua cor experiências de melhor tratamento, mas associa o mal tratamento à cor dos não-brancos. Isso pode ser lido em dois movimentos: 1) pelo sentido do não reconhecimento do privilégio racial pela identidade branca; 2) pelos limites entre ser bem-tratado ou pelo menos não ser destrutado. Ou seja, diante da sua realidade de classe, ela não se sentiu privilegiada pela sua cor em nenhum sentido específico, mas observou que, pelo critério da cor, outros foram destrutados.

Também é notável o fato de que os quatro estudantes brancos, em diferentes graus de elaboração de suas identidades raciais, não veem sua cor como algo representativo ou com significado direto, seja político, pessoal, etc. Alfredo tem isso bem mais definido, mas concluiu não ter nenhuma representatividade para si mesmo. Lília se colocou em situação de dúvida, mesmo indicando seus aprendizados sobre o assunto. Lia relaciona à tensão entre seu pai e sua mãe e às acusações de traição por ela ter nascido branca, sendo que ele não é branco e a maior parte dos filhos também não são. Carlos guia-se pela cor da pele, reconhecendo que puxou mais ao pai que, para ele, é um homem branco, sendo que da mãe ele herda o tipo de cabelo.

Esse é um debate recorrente nos estudos de Branquitude. A pessoa branca representa apenas a si mesma, pois a atribuição de raça passa apenas pelos outros quando negativamente racializados. Esse silêncio sobre a própria raça serve como condição de racialização dos outros cujos traços são estereotipados. Na verdade, como parte do privilégio em sociedades multirraciais, ser branco é não ter de pensar sobre isso (CARONE e BENTO, 2016).

Alfredo, mesmo após ter cedido vários exemplos em que se sentiu privilegiado, acaba direcionando o problema para o poder aquisitivo, o que, segundo

ele, valeria mais nas cidades interioranas. Carlos faz um movimento semelhante, pensando em outros marcadores que podem lhe autorizar situações de discriminação, tais como a classe e a sexualidade. Como já discutido, essa é uma questão que ronda a própria discussão teórica e metodológica das ciências sociais e dos estudos de relações raciais. Mas, pensando com Bento (2016, p. 30), seja no senso comum ou no pensamento científico, diluir o debate sobre raça ante a questão de classe pode acabar sendo uma saída lucrativa para que não se evidencie privilégios do grupo branco que pode se beneficiar na competição desigual com não-brancos por oportunidades e recursos.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Quadro 02 – Categorias de classificação de cor/raça segundo os/as interlocutores/as não-brancos

ALESSANDRA (PARDA)			
Marcas visuais (A)	Ascendência (B)	Leitura social provável (C)	Autoidentificação (D)
eu que sou um pouco mais clara que a minha prima, por exemplo, que é negra bem escura	Minha família toda é essa mistura de pardos, negros.	a maioria dos alunos que eu atendo, do público que eu atendo, são negros, pardos, de origem popular , e aí, eles começaram a falar sobre como é sentir isso na pele [a discriminação] , né?	E também relacionado à vivência , eu me considero também negra , por conta das vivências, dessas questões, enfim.
Aí vai minha tia e diz: teu cabelo tá horrível [da prima que está fazendo transição capilar]. Não! Fica muito feio quando tu deixa ele solto .	a minha família é toda de moreno. Não... ninguém é negro (risos). Ninguém é negro [faz referência à resistência dos familiares em se autodeclararem]. (...) Então, na minha família, minhas filhas são da minha cor, é... meu marido também é da minha cor, minha mãe é negra, minha irmã também.	Se eles tão passando num lugar e a polícia tá passando, eles precisam parar porque a polícia manda parar. Porque vão investigar eles e eles não têm envolvimento nenhum.	Quando eu chego na universidade (...), as discussões do PET ⁴ são muito voltadas pra esse contexto de identidade, de quem você é, de autoafirmação , aí eu comecei a entender que a ideia de etnia não estava ligada apenas à questão de cor , né? Ela tá muito ligada à questão de vivências , de origem , de onde você vem, quais são os traços que você carrega.
às minhas filhas eu digo a mesma coisa. Quando vem algum questionário, alguma	Minha mãe é um pouco mais escura que eu, a minha irmã também, as	Só que antes da autodeclaração, há uma construção de identidade, né? (...) que tenha espaço pra que você se autodeclare	eu acho que a autodeclaração é a melhor forma de fazer isso [a classificação da população]

⁴ Programa de Educação Tutorial. Alessandra foi bolsista de tudo que conseguiu na Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate 20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

<p>coisa de escola, e aí pergunta, né: qual a sua cor? E aí eu digo: olha, pensando na cor, no tom da pele, a gente pode pensar isso por várias perspectivas, pensando na cor e no tom da pele, você é pardo.</p>	<p>minhas tias, as minhas primas são bem escuras, bem negras mesmo. Bem negras... isso tá feito. Mas é mais ou menos pra você entender.</p>	<p>(...), pra que você se compreenda enquanto sujeito ou pardo, ou negro, inserido numa comunidade, estigmatizada, que carrega várias... vários preconceitos, várias discriminações, e entender que o fato de estar insderido ali não é definitivo pra dizer quem você é e aonde você vai chegar.</p>	
<p>outra coisa que pesa bastante na nossa família, é... o cabelo. Todo mundo na minha família, a maioria, tem cabelo crespo, cabelo ondulado, cabelo cacheado. Ninguém tem cabelo liso. Aí, eu tinha umas primas que tinha o cabelo muito crespo e fazia processos químicos pro cabelo ficar liso, e agora, tem uma das minhas primas que tá fazendo transição.</p>	<p>tanto a origem do meu marido quanto a minha, é todo mundo negro. Não tem ninguém branco. Não tem ninguém amarelo. Todo mundo misturado. Todo mundo mestiço. E aí, eu tento trabalhar essa perspectiva com elas [as filhas].</p>	<p>Mas a gente não sentia [discriminação]. Não sei se era a falta de consciência disso. Mas, assim... era todo mundo de boas. Enquanto criança, todo mundo de boa pra isso. E aí, quando a gente cresce, que a gente vai percebendo o quanto o mundo é cruel e o quanto ele escancara na sua cara todos os dias que você não tá dentro daquele modelo, você não tem oportunidade</p>	<p>Mas quanto às suas vivências, à sua cultura, à sua origem, ela é totalmente negra. E aí você vai decidir se você quer se autodeclarar pela carga da melanina que você carrega na pele, né, pela cor, ou se você quer se declarar pelas suas experiências, pelas suas vivências</p>
CAROLINA (PRETA)			
Marcas visuais (A)	Ascendência (B)	Leitura social provável (C)	Autoidentificação (D)
<p>minha avó sempre falou do meu cabelo. Mesmo sendo uma mulher negra. Então, tipo, até hoje ela fala, assim: “Ah,</p>	<p>Então, eu venho de uma família negra</p>	<p>minha tia quando ela vai falar do filho dela, ela diz assim: “Ah, eu não deixava o Jonas [nome fictício] pintar o cabelo porque a polícia podia confundir ele”</p>	<p>hoje em dia, eles [a família materna] colocam discursos de que, é... eles têm negação social baseada na cor</p>

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate 20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

esse cabelo aí, minha filha, vai pentear ”			
Minha irmã, ela tem a pele mais clara		as pessoas sempre demarcavam muito, assim. Inclusive na família, assim, tipo, é... “Ah, essa aí que tem a pele mais clara , vai ser tudo mais fácil ”	quando eu entrei na graduação, né, em 2016, a gente conseguia fazer esse... esse diálogo, assim, do quê que, é... das dificuldades , né, de certa forma que se tem em nascer uma pessoa negra nessa sociedade
As pessoas da minha família são mais escuras do que eu		Hoje em dia, ela [a irmã] se coloca como uma pessoa parda , (...) Porque ela tem experiência de... de racismo	Para mim sempre teve muito... é... muito explícito . Muito porque assim, por exemplo, é... eu via tratamento diferente na escola , eu via a minha mãe só conseguir trabalho como doméstica , essas coisas assim
E essas meninas, já na infância, elas alisavam o cabelo . Aí na adolescência usavam maquiagem mais clara		eu percebia que as crianças que estavam na escola pública eram majoritariamente negras , enquanto as da escola privada era... mista	esses discursos iam fazendo, assim, com que eu sempre me enxergasse uma pessoa negra na sociedade
tem todo um estereótipo, né, assim: você pode ser negra, mas se você tiver o cabelo liso , se você tiver o nariz fino , se você tiver uma boca fina		tinha festa de escola e tinha determinados personagens que todo mundo falava que a gente não podia	Teve a questão que a gente comentou ontem sobre vir de bairro periférico e o quanto isso por si só já coloca a gente numa condição, é... vou chamar de maior dificuldade de acesso
peças da pele retinta , do cabelo crespo. Meu cabelo é cacheado		E aí, quando ela [a irmã] começa a ter acesso, por exemplo, a um Shopping, tipo, sei lá, de classe média alta, o Rio Mar da vida, ela se percebe sendo seguida por segurança no shopping	a gente começa a ter essa leitura racial , a gente observa que isso não é só uma questão de classe

Fonte: elaboração do autor com base nas entrevistas semiestruturadas.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate 20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Firmina, Ellen e Carolina fizeram referência constante às ofensas e estereótipos dirigidos aos seus cabelos e de outras pessoas não-brancas, sendo este um objeto de estudo amplamente explorado no campo (GOMES, 2019), seja pelo sentido da discriminação ou, por exemplo, como forma de afirmação identitária. Alfredo também sinaliza a mesma questão com relação ao cabelo de seu irmão, ponto refletido por Lia ao fazer referência ao comportamento da avó que, mesmo não estando mais completamente lúcida, ao conhecer um novo neto sinalizava o descontentamento com o cabelo quando não liso. A propósito, Carolina conta uma experiência semelhante em que o cabelo crespo ou cacheado de seu primo não poderia ser pintado⁵ para, como o cabelo do irmão de Alfredo, não ser associado ao crime e “confundido” pela polícia.

Alessandra, Cida e Silvio também retomam a questão dos tipos de cabelo como forma de pensarem suas identidades, a identidades dos outros e para relatarem situações de discriminação observadas. Com exceção de Silvio, que tem cabelo cacheado, Alessandra e Cida têm cabelos ondulados ou lisos e isso é crucial para que elas construam uma noção mais próxima ou mais distante de uma identidade negra. Carlos, que é branco, também toca na questão do seu tipo de cabelo como forma de colocar em dúvida sua Branquitude. Em alguns momentos, mesmo Alessandra, que ao falar de suas vivências, família e cultura, se assume como mulher negra, mas acaba por separar os pardos dos negros – quando ela fala de seus próprios alunos, da sua ascendência, etc. – e nisso reflete sobre os tipos de cabelo. Ela acaba mesmo por dizer que o pardo não é negro, quando descreve traços, bem como não é branco, mas uma mistura. O mesmo é feito por Cida, quando ela diz que não é negra “mesmo”, no sentido de não ser retinta; e fala que na vizinhança tem pessoas pardas e negras.

As percepções de Firmina e Carolina repetiram e complementaram as percepções de Alfredo e Lília. Carolina citou o quanto em sua família era explícito a

⁵ A prática de pintar o cabelo tem se tornado comum entre os adolescentes, seja platinando (tons mais próximos da cor branca), pintando de loiro ou apenas com luzes. Entre dezembro e as semanas que se aproximam do Carnaval, as pinturas são ainda mais visíveis. Compreendi que tal prática, que é relatada por Carolina, seria associada à molecagem, vagabundagem, e, talvez, ao crime. É de se considerar que este fenômeno, também chamado de “nevou”, é majoritário entre jovens não-brancos, mesmo não sendo exclusivo deles.

correlação entre pele clara (ou mais clara) e facilidades na sociedade, termo utilizado diretamente por Alfredo e Lília. Isso apareceu em oposição direta a “ser negro”, que corresponde a ter mais dificuldades de acesso e negação social, sendo uma descoberta difícil e confusa mediada pela experiência com o racismo. As suas autoidentificações como pessoas não-brancas estão diretamente associadas a uma série de fatores negativos que, se comparados a como Alfredo se vê e se sente desde criança, estão em oposição direta.

Tanto para Carolina como para Firmina, a definição de uma identidade negra, atribuída ou autodeclarada, passou pela dolorosa descoberta do racismo. Para elas, quaisquer que sejam as características negras, a experiência de racismo será eminente – o que remete-me ao debate sobre esse “contínuo de cores”. Mesmo com o cabelo alisado durante o ensino fundamental, os xingamentos que Firmina recebia continuaram, o que a fez concluir que esse era um dado inescapável. Carolina reflete esta mesma questão conversando sobre a identidade racial de sua irmã que, mesmo tendo a pele clara, descobre-se como pessoa não-branca diante das experiências de racismo que viveu, como exemplo, sentindo-se seguida no Shopping. Da mesma forma, em relação aos seus primos, que estão vindo “mais misturados”, o traço negroide identificado no cabelo, e não mais prioritariamente na cor da pele, também é visto como possibilidade de ser discriminado pela ação policial: “O policial, ao abordar uma negra ou um negro na rua, nunca se engana, sejam eles mais claros ou mais escuros” (DEVULSKY, 2021, p. 49).

O eixo que une essas narrativas está na *diferença de tratamento*. Tal diferença está tanto no imaginário, em termos de estereótipos, quanto em práticas concretas e tem como alvo, como já dito, “traços negroides”. Essa diferença de tratamento também será fundamental na constituição de identidades, sobretudo, da identidade negra que emerge diante de experiências negativas, de humilhação e preterimento.

5. CONCLUSÕES

Meu objetivo com este trabalho era compartilhar procedimentos

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

metodológicos para categorizar percepções de “cor” e raça em estudos diversos que tomem as desigualdades raciais como escopo. Em minha pesquisa, depurar tal “gramática” foi fundamental para conceituar sociologicamente meu entendimento sobre a pertinência da analítica de raça mesmo em um contexto em que um de seus usos, o biológico, tenha sido definitivamente encerrado.

Para tanto, desenvolvi os conceitos de racismo e racialização, a fim de fazer emergir o conteúdo da noção de raça e, posteriormente, seu efetivo poder como categoria do racismo (pseudo)científico do século XIX. Na sequência situei o conceito no debate sobre raça no contexto e história brasileiros e empreguei a analítica proposta por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães à minha pesquisa empírica.

O elo com os direitos humanos é explícito ao considerarmos o cruzamento entre a persistência da discriminação racial em diversos espaços e instituições e o impacto que isso gera diante das oportunidades educacionais – que contempla a integralidade da minha pesquisa sobre trajetórias de escolarização. Os processos de racialização, entretanto, não se resumem a formas de classificação negativa das pessoas, pois também têm sido tomados como meio de mobilização política, fortalecimento de identidades e coletivos, refletindo na conquista de direitos e como fundamento pedagógico na aprendizagem sobre as formas de participação na esfera pública e fortalecimento da democracia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHENCOURT, F. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre Branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CATANI, A.; CATANI, D.; PEREIRA, G. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos na área. **Revista Brasileira de Educação**, nº 17, 2001, pp. 63-87.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. Ebook.

FIRDION, J-M. Construir uma amostra. In: PAUGAM, S. (Coordenador). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp. 67-84.

FREDRICKSON, G. M. **Racismo**: uma breve história. Porto: Campo das Letras, 2004.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Iuperj/UCAM/Topbooks/Faperj, 2003, pp. 55-84.

MASSI, L.; MUZZETI, L. R.; SUFICIER, D. M. A pesquisa sobre trajetórias escolares no Brasil. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 3, pp. 1854-1973, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, F. É. **RAÇA, RACISMO E RACIALIZAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE PÓS-GRADUANDOS/AS DAS CLASSES POPULARES**. 214 f. Tese em Sociologia – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: SEYFERTH, G. et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis; ABONG, 2002, pp. 17-43.

SILVÉRIO, V. R. **Raça e racismo na virada do milênio**: os novos contornos da racialização. 182 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1999.